

Ata de Reunião

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte um, às dez horas e trinta minutos, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 10ª Assembleia Geral Extraordinária de 2021, realizada por videoconferência, Plataforma Google Teams, por meio do link: <https://bit.ly/3lbFqG5>, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros: **Item 01 - Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Discussão e deliberação da ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de 2021 (12.11.2021); Item 03 – Discussão e deliberação da minuta que ratifica as resoluções do CBH Araguari: Resolução CBH-Araguari nº 34, de 27 de março de 2012 que instituiu o Programa Água Boa e o Programa Mais Água no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; Resolução CBH-Araguari nº 41, de 25 de abril de 2013 que instituiu o Programa de Atendimento às Atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari no âmbito da Bacia Hidrográfica do rio Araguari; Resolução CBH-Araguari nº 42, de 25 de abril de 2013 que instituiu o Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; Resolução CBH-Araguari nº 43, de 25 de abril de 2013 que instituiu o Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; Resolução CBH Araguari nº 53, de 09 de outubro de 2014 que aprovou a classificação de sub-bacias em ordem de prioridade para investimentos na Bacia Hidrográfica do rio Araguari; Resolução CBH Araguari nº 54, de 09 de outubro de 2014 que aprovou as linhas temáticas e as ações prioritárias para investimento em projetos de demanda espontânea no âmbito do CBH Araguari; Resolução CBH Araguari nº 55, de 09 de outubro de 2014 que aprovou os critérios para a hierarquização dos projetos de demanda espontânea e demanda induzida no âmbito do CBH Araguari. Item 04 - Discussão e deliberação da minuta que delibera o Projeto ProUrgas; Item 05 - Discussão e deliberação da minuta que delibera o Projeto cobrança inadimplentes; Item 06 - Discussão e deliberação da minuta que delibera a alteração do Plano de Aplicação Plurianual 2019 – 2023, aprovado pela Deliberação**



30 **Normativa CBH Araguari nº 53, de 05 de dezembro de 2019; Item 07- Discussão e**
31 **deliberação do Plano Orçamentário Anual (POA) da ABHA Gestão de Águas, custeio**
32 **7,5% para 2022; Item 08 – Discussão e deliberação de criação de um Grupo de**
33 **Trabalho para desenvolver a Rubrica do Plano de Aplicação Plurianual referente ao**
34 **Instituto Estadual de Florestas (IEF); Item 09 - Outros assuntos.** Membros presentes:
35 Bruno Neto de Ávila, Sérgio Luiz Quirino de Melo, Ademar Franco Guimarães, Alberto José
36 de Almeida, Hideraldo Buch, Dayane Aparecida Pereira de Paula, Paulo Rogério da Silva,
37 Iléia Pereira Chaves Abdunassih, Wilton José Fernandes, Amanda Bessa Pacheco, Bruno
38 Gonçalves dos Santos, Elci Lemes Pereira, André Vieira dos Santos, Marcos Magno da
39 Gama, Kassio Henrique Gama Souza, Reginaldo José de Oliveira, Ivo de Ávila Ferreira,
40 Paula Rodrigues Teixeira, Antônio Geraldo de Oliveira, Vera Lúcia Abdala, Claudomiro
41 Aparecido Silva, Sylvio Luiz Andreozzi, Antonio Giacomini Ribeiro, Gabriel Santos Miranda,
42 Maurício Marques Scalon, João Eduardo Della Torres Ferreira, Fernando Antônio Abdalla,
43 Celismar Costa Melo, Geraldo Magela Mendes, Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e
44 Gonçalves, William Pereira Rodrigues, Thiago Filipe Alves Batista, Marques José Naves,
45 Jadir Silva de Oliveira, Guilherme Coelho Melazo, André Luiz Mendes Barcelos.
46 Convidados: Isabel Evaristo (ABHA), Osmam Martins (TantoExpresso), Cristiane Turlon
47 (ABHA), Hygor Siqueira (ABHA), Tayná Uber (IGAM), Ronaldo Barbosa (ABHA), Thiago
48 Nascimento (ABHA), Miguel Ribon (SEAPA), Thays Oliveira (ABHA). No **item 01** da pauta,
49 após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
50 Araguari (CBH Araguari), Bruno Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a
51 presença de todos. Foi realizada uma chamada nominal. No **item 02** o Presidente coloca a
52 ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária de 2021, ocorrida em 12 de novembro de 2021,
53 sendo aprovada com a abstenção do conselheiro Paulo Rogério da Silva (Semad) e do
54 conselheiro William Pereira Rodrigues (Usina Uberaba). No **item 03**, o Coordenador
55 Técnico da Abha Gestão de Águas, Hygor Siqueira explica sobre a minuta da Deliberação
56 que ratifica as resoluções das ações que norteiam o Plano de Aplicação Plurianual (PPA).
57 O Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan), Sylvio Luiz
58 Andreozzi pontua que tem dúvida no termo “ratifica” e solicita que os documentos sejam



59 retificados conforme a solicitação da CTPlan e do GTPPA. O Presidente solicita a Agência
60 as alterações e expõe que o item será apreciado em uma próxima plenária. No **item 04**, o
61 Presidente passa a palavra para o representante do Igam/Urga, Bruno Neto de Ávila que
62 informa sobre o trabalho realizado através do Projeto ProUrgas. Ávila solicita a continuidade
63 do projeto. O Coordenador da CTPlan, Sylvio Luiz Andreozzi expõe que conversou sobre o
64 item na Câmara Técnica, que a ideia é de garantir o projeto ProUrgas apenas para o ano
65 2022, pois carece de uma avaliação mais efetiva da relação custo e benefício que está
66 trazendo para o Comitê. Andreozzi fala sobre o projeto pioneiro desenvolvido pelo CBH
67 Araguari que atendeu de forma positiva na redução do passivo de outorga, com um custo
68 inferior do que está sendo apresentado pelo Estado. Ressalta ainda, que o relatório da
69 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), apresentado pelo professor Hudson que
70 coordenou a execução do passivo de solicitação de outorga, trazia alguns aconselhamentos
71 e esses aconselhamentos se quer foram respondidos por parte do Estado, nem o CERH se
72 manifestou. Andreozzi explica que não era apenas um relatório crítico, ele trazia sugestões,
73 porém não houve manifestação. Ávila esclarece que o primeiro projeto foi custeado pelo
74 Ministério Público e não pelo Comitê de bacia do rio Araguari, apesar do Comitê ser um
75 ente participativo. Ávila coloca que o relatório conclusivo do Coordenador do projeto, foi
76 analisado e considerado, houve algumas melhorias do processo, do fluxo. Andreozzi pontua
77 que os resultados precisam ser apresentados para a Câmara Técnica fazer o comparativo
78 dos resultados e outra questão é a análise de outorgas somente na abrangência da bacia
79 do rio Araguari, precisa ficar documentado. O Presidente pontua que a Diretoria irá resgatar
80 as informações do projeto pioneiro e encaminhará um ofício à Semad. Ávila expõe que o
81 projeto que está sendo finalizado em dezembro tem acompanhamento bimestral, terá
82 relatório mais simplificado no final do projeto e em dezembro será elaborado um relatório
83 final da execução das atividades, como é previsto dentro do Termo de Cooperação Técnica.
84 Ávila expõe que esse relatório poderá ser encaminhado para conhecimento dos
85 conselheiros. O Presidente pontua que a elaboração de relatório intermediários e o
86 encaminhamento aos conselheiros é muito importante. O representante do Sindicato Rural
87 de Uberlândia, Thiago Filipe Alves Batista fala da importância do projeto para os produtores



88 rurais e o ganho na agilidade dos processos. Os produtores são favoráveis ao projeto
89 ProUrgas. O representante da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo
90 Mineiro (ANGÁ) Antonio Giacomini Ribeiro esclarece para o plenário, que a primeira fase
91 do projeto foi gestada entre a diretoria do CBH Araguari e do Ministério Público, mas como
92 o recurso foi vindo do MP, o Comitê atuou como interveniente, sem essa interveniência não
93 seria possível, o MP não daria o aval, foi a confiança de que o CBH faria o papel de
94 interveniência, que é uma fiscalização. Giacomini ressalta foi um projeto exitoso e que no
95 início o comitê atuava como interveniente, agora atuará como protagonista, dessa forma,
96 será necessário o relatório ser mais constante. O representante da Associação Profissional
97 de Geógrafos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Aprogeo – Trialto), Fernando Antônio
98 Abdalla contextualiza sobre a assinatura do Acordo de Cooperação, pontua sobre a taxa
99 de análise que é cobrada pelo Igam na solicitação de outorga, que no momento foi pleiteado
100 a retirada dessa taxa para trazer um benefício maior para os usuários da bacia. O
101 representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês das Bacias Hidrográficas
102 (Fonasc- CBH), Maurício Marques Scalon manifesta a indignação com a não resposta dos
103 Órgãos gestores. Andreozzi expõe como encaminhamento, realizar o projeto em 2022, mas
104 para a continuidade em 2023 será necessário analisar os resultados e ter a garantia que os
105 recursos despendidos para o projeto sejam utilizados somente na bacia do PN2, conforme
106 preconiza a lei. Ávila pontua que é de fundamental importância a colocação do Professor
107 Sylvio, que no próprio Termo de Cooperação Técnica tem essa previsão nos relatórios,
108 inclusive a Abha vem acompanhando a execução desses relatórios. Ressalta que poderá
109 ser adicionado um item específico para ter a certificação que os processos analisados serão
110 da bacia do PN2, para trazer mais transparência ao processo. O Presidente coloca o item
111 em deliberação com as ponderações do Professor Sylvio, tais como, projeto garantido para
112 2022, os próximos como requer renovação, será analisar antes de fazer uma simplesmente
113 prorrogação e será inserido a obrigatoriedade de serem analisadas outorgas do PN2,
114 Projeto aprovado, por unanimidade. No **item 05**, o Presidente passa a palavra para o
115 representante do Igam/Urga, Bruno Neto de Ávila informa sobre o Projeto de cobrança.
116 Explica que o projeto tem como objetivo eliminar o passivo de cobrança pendente de



117 análise, revisão e notificação aos usuários detentores de Outorga de Direito de Uso de
118 Recursos Hídricos inadimplentes com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. O
119 Projeto contará com número menor de estagiários para apoio na análise, revisão e
120 tramitação administrativa da cobrança pelo uso de recursos hídricos. O Presidente
121 esclarece que a arrecadação da cobrança está com um déficit de um valor histórico
122 aproximado de R\$ 4.064.311,13 (quatro milhões sessenta e quatro mil trezentos e onze
123 reais e treze centavos) o que impacta negativamente a efetivação da gestão de recursos
124 hídricos na bacia por meio da implementação de ações advindas do Plano Diretor de
125 Recursos Hídricos. Gonçalves expõe que com esse projeto o comitê dará suporte para o
126 Estado para realizar a cobrança dos inadimplentes, pontua que a inadimplência também
127 foi ponderada pelo Ministério Público. O Diretor-Presidente da Abha Gestão de Águas,
128 Thiago Alves do Nascimento pontua sobre a contratação e capacitação dos profissionais.
129 O Presidente coloca em deliberação o item, sendo aprovado por unanimidade. O **item 06**,
130 não foi deliberado por depender do item 03, serão deliberados em uma próxima assembleia.
131 **No item 07 e 08** devido ao adiantado da hora, os itens não foram deliberados, serão
132 deliberados em uma próxima assembleia. No **item 09**, o Presidente do Comitê agradece a
133 presença de todos. Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando que a Lista de Presença
134 anexa é parte integrante deste documento.

135 Link da gravação da 10ª Assembleia Geral Extraordinária no YouTube:

136 <https://www.youtube.com/watch?v=KVRNtdxkEtc>

137

MAURÍCIO MARQUES SCALON
Secretário do CBH Araguari

BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS
Presidente do CBH Araguari

138

